

Rui Costa Pereira

ASSOCIADO COORDENADOR PENAL E
CONTRAORDENACIONAL

rcop@mfalegal.pt

(+351) 211 372 676

Português e Inglês

<https://www.mfalegal.pt>



O Rui integra a área de Direito Penal, Contraordenacional e Compliance da Sociedade, sendo um dos mais reconhecidos talentos do direito sancionatório nacional, com experiência relevante em jurisdições estrangeiras de países de língua oficial portuguesa, como Angola, Moçambique, Cabo-Verde e Timor-Leste.

A experiência de mais de 10 anos de advocacia do Rui tem-se predominantemente focado no contencioso penal, onde tem prestado serviços a clientes de vários setores de atividade da economia, como o setor bancário, farmacêutico, energia e outras infraestruturas, desporto, organismos públicos, etc., sejam sociedades, sejam pessoas individuais.

Tanto na redação de peças processuais, como na intervenção em audiência ou em interrogatórios na fase de inquérito e investigação, a experiência do Rui tem tido particular relevo no acompanhamento da fase de recurso de diversos processos, onde já alcançou resultados de grande sucesso, seja nos Tribunais da Relação, como também no Supremo Tribunal de Justiça e no Tribunal Constitucional, onde pôde contribuir decisivamente para a prolação de acórdãos vencedores nessas instâncias.

Na sua área de especialização, o Rui desenvolve a respetiva atividade profissional essencialmente na área da resolução de litígios, tendo intervindo em alguns dos processos mais mediáticos dos últimos anos (“Processo BPN”, “Caso Cardinal”, julgamento de membros

do Governo timorense, “Processo Marquês”, “Processo CMEC/EDP”, “Processo BES”, “Processo das Secretas”, “Operação Fizz”, “Processo O Negativo”, “Processo E-toupeira”, “Caso Saco Azul”, “Caso dos e-mails”, “Operação Vórtex”, “Operação Babel”, “Processo Tutti-Frutti”, entre outros), sem descurar todo o acompanhamento pro-bono que pôde realizar nos últimos anos, seja ao lado de vítimas de violência doméstica ou de outros crimes contra a vida, integridade física e autodeterminação sexual, como também no apoio a cidadãos nacionais presos no estrangeiro.

Antes de integrar a MFA, o Rui foi associado sénior da Vieira de Almeida e Associados na área contraordenacional e penal durante os últimos 4 anos, tendo antes sido ao longo de 6 anos associado na PLMJ.

Além de concluir o Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais na Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, o Rui é também detentor de uma Pós-Graduação em Prova Digital no Processo Penal.

Tem tido intervenção pública relevante junto dos órgãos de comunicação social, através de diversos artigos de opinião e participação em alguns espaços noticiosos televisivos ou de rádio

Experiência Profissional

O Rui tem representado diversos clientes nas diversas fases do processo penal e em várias jurisdições, sendo de destacar:

- Participou, como co-coordenador e advogado convidado, na definição das aulas da cadeira de Prática Jurídica Interdisciplinar, da Licenciatura da Faculdade de Direito da Universidade Nova, em Lisboa, entre 2020 e 2023
- Elaboração de alegações de recurso de uniformização de jurisprudência que antecederam os Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2023 e nº 2/2017 e, bem assim, das alegações que antecederam os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 482/2014 e 277/2022
- Acompanhamento de julgamento de ex-membro do Governo timorense, ao longo de diversas sessões que decorreram no Tribunal Distrital de Díli, entre 2014 e 2017
- Membro da equipa mista de advogados que representa um dos mais destacados clubes desportivos nacionais e a sua sociedade anónima em diversos processos criminais
- Assessoria e representação de altos cargos de grandes empresas, nacionais e multinacionais, em diversos processos penais e contraordenacionais
- Aconselhamento e assessoria de outros escritórios em jurisdições de países de língua oficial portuguesa, na representação dos seus clientes em processos de natureza criminal, nacionais

e transnacionais

Publicações

- Autor de vários artigos de opinião na imprensa nacional e de artigos científicos, com destaque para o artigo “A pesquisa de dados informáticos – Exigências práticas do princípio da proporcionalidade”, publicado na Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 2021, Ano 31, n.º 3.
- “Assimetrias jurisprudenciais no âmbito da diligência de abertura de correio eletrónico: condenados à incerteza?”, em *A Prática do Contencioso - Reflexões e Tendências de Direito Substantivo e Processual*, Almedina, 2024, em co-autoria com Madalena Dias Parca.

Prémios e Recomendações

- Reconhecido como Key Lawyer em Fraud and White Collar Crime pelo Legal 500
- Reconhecido como Rising Star pela Expert Guides em White Collar Crime
- Reconhecido como Rising Star nos Rising Star Wards by Legal Media Group, em White Collar Crime e Jurisdictional Award for Portugal
- Destacado nos 40 under Forty Awards da Iberian Lawyer na categoria de White Collar Crime
- Prémio *Team of the Year* em *White-Collar Crime* pelos Forty under 40 Awards 2025 da Iberian Lawyer

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2005-2009).
- Mestrado em Ciências Jurídico Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2009-2013).
- Pós-graduação em Prova Digital no Processo Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2019-2021).

Associações Profissionais

- Inscrito na Ordem dos Advogados portuguesa.
- Membro do Fórum Penal - Associação de Advogados Penalistas.
- Membro do Legal Experts Advisory Panel da Fair Trials International.